

Campanha deixa o Congresso vazio

O Congresso Nacional reiniciou ontem seus trabalhos certo de que com a proximidade das eleições será difícil votar qualquer coisa, embora muitos projetos estejam há muito tempo na pauta de votações. A Câmara, por exemplo, tem 87 projetos pendentes, alguns ainda do tempo do ex-presidente Sarney.

Para contornar a falta de quorum, a Mesa da Câmara marcou para os dias 7, 8 e 9 próximos um esforço concentrado para limpar toda a pauta. A dúvida é se os deputados ouvirão o apelo e virão a Brasília para votar as matérias.

Entre os projetos mais importantes aguardando votação está o que garante ao profissional liberal comprovação do tempo de serviço para efeito de aposentadoria, através da inscrição ou matrícula do segurado no respectivo órgão de fiscalização profissional.

É preciso analisar também o projeto de lei de autoria do deputado Carlos Cardinal (PDT/RS), que proíbe a comercialização de medicamentos cuja fabricação ou venda foi interdita no País de ori-

gem. Além disso, o Executivo tem dois importantes projetos a serem discutidos e votados. O primeiro trata da criação da carreira de delegado de polícia do Distrito Federal e o outro, dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do artigo cinco, inciso 43 da Constituição.

No Senado, a situação é diferente. A Ordem do Dia ficou adiada e o assunto predominante foi a nova redação da Medida Provisória 199, que trata do abono salarial. Deputados e senadores querem que o benefício do abono de Cr\$ 3 mil atinja os aposentados e pensionistas.

O funcionamento dos trabalhos Legislativos na primeira sessão do semestre foi em clima de férias. Na Câmara, apenas 56 deputados compareceram para prestigiar a reabertura dos trabalhos. Duas horas depois, somente doze deputados continuavam em plenário, solidários às queixas de seus colegas em relação ao veto presidencial à política salarial e da necessidade de um projeto de conversão da Medida Provisória 199.